

# IV SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

12, 13 e 14 de Novembro de 2014

## DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: TENDÊNCIAS DO CONTEXTO BRASILEIRO

Luan Mendes Trento (Programa de iniciação científica, Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, Brasil); Murilo dos Santos Moscheta (Programa de Pós-graduação em Psicologia, Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, Brasil).

contato: luantrento@ymail.com

**Palavras-chave:** Políticas públicas. Educação superior. Estudantes universitários.

O ensino superior brasileiro desde seu surgimento (tardio em relação à América espanhola) mostrou estar intimamente ligado aos interesses da elite e voltado para o nascente mercado de trabalho. Em 1808, com a transferência da coroa portuguesa para o Rio de Janeiro, foi dado início a implantação das escolas autônomas, responsáveis pela formação de pessoal para o trabalho burocrático e de outros tantos profissionais liberais demandados pela aristocracia que aqui se instalava, tais como engenheiros, médicos e advogados (DURHAM, 2003).

Não se criavam universidades, as instituições, como dito, eram escolas autônomas e tinham o objetivo de formar profissionais liberais. Dessa forma, a concepção de ensino associado à pesquisa e a preocupação com o interesse público não era a tônica destas primeiras instituições.

Tal situação permaneceu até 1930, período conhecido como Estado Novo, quando foram criadas as primeiras universidades do Brasil. Algumas delas contavam com a institucionalização da pesquisa básica. Porém, Segundo Durham (2003):

O modelo de universidade proposto consistia, em grande parte, numa confederação de escolas que preservaram muito de sua autonomia anterior. De fato, muitas universidades foram criadas simplesmente reunindo estabelecimentos pré-existentes. Os cursos eram estritamente separados, organizados em função de diferentes carreiras, cada uma das quais sob a responsabilidade de uma faculdade, que, inclusive, decidia sobre o ingresso dos alunos para aquela carreira. (p. 07).

Outro fator importante a destacar foi o início da participação das instituições privadas na educação superior em 1889 (ano da proclamação da República), prevista pela nova Constituição, o que segundo Durham (2003), criou a diversificação que marca o ensino brasileiro até os dias atuais. Desde então, a iniciativa privada vem aumentando expressivamente sua participação neste setor, ao ponto de no ano de 2011, segundo dados no INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira) representar 88,0% das

## IV SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

12, 13 e 14 de Novembro de 2014

instituições de ensino superior (IES) brasileiras. Destas, a maior parte encontra-se nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste (regiões com os maiores índices do PIB per capita).

Constata-se que o processo de desenvolvimento do sistema educacional nesses moldes acabou por tornar o ensino superior brasileiro extremamente seletivo (MELLO, 2007). Neste contexto, e como herança dos primórdios da educação superior, as concorridas vagas nas IES públicas acabam por ficar restritas à parcela da população com melhores condições econômicas. Estes, por ter acesso à educação básica de qualidade (muitas vezes privada), têm melhores chances nos concursos vestibulares. Por outro lado, às camadas mais populares fica a possibilidade de acesso via IES privada. Contudo, o alto custo inviabiliza a permanência e, muitas vezes, até mesmo o ingresso de estudantes de classe baixa, gerando uma faixa de exclusão e impedindo que grande parcela da população continue os estudos.

Mello (2007) afirma que o mero aumento na oferta de vagas não garante um nivelamento social que erradique as desigualdades de acesso à educação, uma vez que as desigualdades sociais, étnicas e culturais figuram como fatores determinantes na seleção escolar.

Atualmente, o Estado brasileiro lança mão de ações e programas com a finalidade de proporcionar acesso ao ensino superior àqueles até então excluídos. Como exemplo podem ser citados o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que pretende principalmente democratizar o acesso às IES públicas federais; o ProUni (Programa Universidade para Todos) que concede bolsas de estudo parciais ou integrais em IES privadas para estudantes de baixa renda; e o Fies (Fundo de Financiamento Estudantil) que tem como objetivo financiar estudantes de graduação. Além disso, ainda foram implantadas em várias IES públicas programas de ações afirmativas que têm como principal representante no Brasil o sistema de cotas. As cotas são medidas de reserva de porcentagem das vagas da IES públicas, tendo em vista igualar o acesso ao ensino superior daqueles grupos com histórico de exclusão (étnica, racial e social).

Entretanto, Sobrinho (2010), endossando a afirmação de Mello e complementando o que foi dito acima, esclarece:

A “democratização” da educação superior não se limita à ampliação de oportunidades de acesso e criação de mais vagas. [...] é imprescindível que lhes sejam assegurados também os meios de permanência sustentável, isto é, as condições adequadas para realizarem com boa qualidade os seus estudos. [...] a expansão quantitativa é só uma das faces da questão da “democratização” da educação superior. (p. 1226).

## IV SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

12, 13 e 14 de Novembro de 2014

Braga, Peixoto e Bogutchi (2003) apontam ainda que a democratização do acesso apresenta problemas em relação a permanência do aluno. Este, depois de conquistar a vaga ainda enfrenta dificuldades no decorrer da formação que pode leva-lo a desistência.

Portanto, salienta-se a importância e a necessidade de políticas de assistência voltadas à permanência que possam gerar a verdadeira inclusão no ensino superior e a consequente democratização deste nível de ensino. Neste sentido, o presente trabalho pretende sintetizar por meio de uma revisão bibliográfica, a discussão acadêmica contemporânea acerca das políticas e ações em acesso e assistência estudantil no Brasil.

Valendo-se da questão levantada como norteadora da revisão, foi realizada a busca de artigos em duas bases de dados: Scielo e Portal da BVS. Para tanto, foram utilizados os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) previamente selecionados de acordo com o interesse da pesquisa sendo eles: Políticas públicas; Educação Superior; Estudantes; Instituições acadêmicas; Instituições de ensino superior; Assistência à saúde; Formulação de políticas.

Com a busca nas bases foram identificados 388 trabalhos, dos quais após a leitura dos títulos, resumos e texto completo foram selecionados 15 de acordo com os critérios de inclusão (pesquisas sobre políticas de acesso e/ou assistência estudantil no contexto do ensino superior brasileiro) e de exclusão: Teses, monografias, dissertações, estudos de outros contextos educacionais que não o brasileiro, pesquisas sobre avaliação do ensino superior, trabalhos sobre políticas educacionais e sobre políticas públicas voltadas para um contexto mais amplo para além do ensino superior.

Um primeiro dado que chamou a atenção durante a análise refere-se ao tímido destaque dado a questão da democratização do ensino superior, sobretudo em relação à escassez de trabalhos sobre políticas de assistência ao estudante universitário. Das 15 publicações selecionadas para análise, apenas uma apresenta propostas de políticas destinadas à permanência e a qualidade do ensino. O artigo em questão apresentava como exemplo para o Brasil políticas implantadas em outros dois países (Portugal e Cuba) com a finalidade de garantir a permanência e a qualidade na formação de estudantes trabalhadores (VARGAS; PAULA, 2012). Apesar desta tendência, foi possível notar em outros trabalhos, o destaque para a necessidade de ações e políticas de assistência que pudessem consolidar a democratização do ensino superior (HAAS; LINHARES, 2012; SOBRINHO, 2010). Destaca-

## IV SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

12, 13 e 14 de Novembro de 2014

se assim, que as melhorias apenas no acesso não serão bem aproveitadas se as condições oferecidas durante a formação não garantirem a permanência dos novos alunos (antes excluídos) das IES.

Não obstante o consenso sobre a necessidade de políticas de assistência estudantil para a efetivação da inclusão e democratização do ensino superior, a maioria dos trabalhos analisados parece ainda focar a questão do acesso. Neste contexto, a ação afirmativa, com destaque para o sistema de cotas sociais, étnicas e raciais e os programas de inclusão via IES privadas aparentam ter maior evidência na literatura.

As discussões acerca do sistema de cotas são uma constante. Os textos analisados demonstram uma tendência otimista em relação a esta política de inclusão, apontando o sistema como uma forma de justiça social que visa diminuir as desigualdades brasileiras agindo na estrutura do ensino superior para proporcionar novos horizontes à parcela da população historicamente discriminada (GUARNIERI, SILVA, 2007; HAAS, LINHARES, 2012; SANTOS et al, 2008).

Outro fator positivo relacionado à política de cotas diz respeito aos efeitos positivos da diversificação das comunidades acadêmicas, proporcionando assim, um ambiente que reflita mais fielmente a diversidade comum ao contexto social brasileiro. Os autores argumentam que o convívio com as diferenças contribui para a revisão e redução de preconceitos e atitudes preconceituosas. Além disso, permite, por meio da formação de profissionais de origens sociais e étnicas diversas, um novo referencial para nossa sociedade (GUARNIERI; SILVA, 2007; HAAS; LINHAES, 2012; SANTOS et al, 2008).

Tema também recorrente na literatura analisada relaciona-se à ampliação do número de vagas no ensino superior, fenômeno que ocorre de forma exacerbada nas IES privadas, gerando como consequência, um estoque de vagas ociosas. Neste sentido, alguns autores (SARAIVA; NUNES, 2011; SOBRINHO 2010) criticam a postura mercantilista que promove o aumento de uma educação superior utilitária (muitas vezes de qualidade questionável) voltada para o mercado de trabalho e para o lucro, em detrimento da educação comprometida com produção de conhecimento emancipador, ligado aos interesses da sociedade.

Neste contexto de estímulo ao crescimento das IES privadas pelo Estado brasileiro, o Programa Universidade para todos (ProUni) aparece como uma proposta que, de acordo com Saraiva e Nunes (2011), engloba os interesses dos governantes, estudantes e das instituições privadas, uma vez que aumenta a quantidade de brasileiros neste nível de ensino garantindo o

## IV SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

12, 13 e 14 de Novembro de 2014

acesso aos estudantes, além de proporcionar benefícios fiscais às IES privadas e ocupar vagas que ficariam ociosas.

De forma geral é possível notar que a questão do acesso ao ensino superior ainda tem maior destaque na literatura. Contudo, a necessidade de ações e políticas que viabilizem a permanência e a igualdade de condições dos novos estudantes é sinalizada com frequência. Portanto, o contexto atual com suas conquistas quantitativas no acesso, parece apontar para a possibilidade e a necessidade imediata de mudanças qualitativas para o acesso e permanência.

### Referências

BRAGA, M. M.; PEIXOTO, M. do C. L.; BOGUTCHI, T. F. A evasão no ensino superior brasileiro: o caso de UFMG. **Avaliação: Revista da rede de avaliação institucional da educação superior**, Campinas, v. 8, n. 3, p. 161-189, 2003.

DURHAM, E. **O ensino superior no Brasil: público e privado**. São Paulo: USP, 2003. Disponível em: <<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt0303.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2014.

GUARNIERI, F. V.; SILVA, L. L. M. Ações afirmativas na educação superior: Rumos da discussão nos últimos cinco anos. **Psicologia e Sociedade**, v. 19, n. 2, p. 70-78, 2007.

HAAS, C. M.; LINHARES, M. Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil? **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 93, n. 235, p. 836-863, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da educação superior: 2011** – resumo técnico. -, Brasília, 2013.

MELLO, J. C. da S. Desigualdades sociais e acesso seletivo ao Ensino Superior no Brasil no período 1994-2001. **Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, Madrid, Espanha, v. 5, n. 2, p. 69-83, 2007.

SANTOS, S. A. et al. Ações afirmativas: polêmicas e possibilidades sobre igualdade racial e o papel do estado. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 913-929, 2008.

SARAIVA, L. A. S.; NUNES, A. de S. A efetividade de programas sociais de acesso à educação superior: o caso do ProUni. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, p. 941-964, 2011.

SOBRINHO, J. D. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, 2010.

VARGAS, H. M.; PAULA, M. de F. C. A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, v. 18, n. 2, p. 459-485, 2013.